

# **A atuação do MAB na defesa dos direitos dos atingidos após o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana**

GT7 - Participação Política e Movimentos Sociais

Vanessa Moraes Rossetti<sup>1</sup> (FFLCH-USP/CEBRAP/NECI) e Ligiane Alves De Oliveira Silva.<sup>2</sup> (FFLCH-USP/CEBRAP/NECI)

## **Introdução**

As teorias da representação e participação política têm se reconfigurado à medida que se mostram limitadas para compreender o fenômeno da representação política em suas manifestações empíricas. Seria o caso, por exemplo, do rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais e seus desdobramentos, que ilustrou a natureza plural da representação política, assim como evidenciou a relevância de movimentos sociais (como o MAB) junto à incapacidade das instituições e atores políticos tradicionais de intermediar os direitos dos atingidos com os interesses das empresas responsáveis pelo desastre.

## **Objetivos**

Neste trabalho temos por objetivo analisar o papel do MAB no decorrer do evento junto a outros dois atores relevantes (a Samarco e o Estado) e, assim, descrever como a participação e a representação como intermediação ocorrem em meio ao processo de politização e são cunhadas num movimento circular de comunicação entre representante e representado.

Para tanto, assumimos que 1) teorias da representação política centradas em suas formas eleitorais, partidárias e legislativas (*standard account*) são incompletas para se entender a representação como um fenômeno amplamente democrático; 2) o deslocamento da teoria democrática voltado para a análise da pluralização do fenômeno da representação como participação (o que leva em consideração novos espaços de

---

<sup>1</sup> Graduanda de Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Assistente de pesquisa do Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do CEBRAP (NIPE/CEBRAP) e do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais do CEBRAP (NECI/CEBRAP). Agência de fomento FAPESP. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3169209305074829>

<sup>2</sup> Graduanda de Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Assistente de pesquisa do Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do CEBRAP (NIPE/CEBRAP) e do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais do CEBRAP (NECI/CEBRAP). Agência de fomento FAPESP. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9014421885476036>

controle social da atividade política) não é suficiente para analisarmos a representação empiricamente; e 3) a noção de representação como intermediação seria o modelo teórico mais apropriada para lidarmos com a inserção do MAB como ator representativo no caso do rompimento da barragem de Fundão, em defesa dos direitos dos atingidos.

### **Metodologia**

Para que nosso objetivo fosse alcançado, utilizamos análise documental baseada em: 1) recapitulação dos acontecimentos do rompimento da barragem de Fundão desde sua construção até a criação do TTAC pela RENOVA; 2) compilação da história do MAB e de sua relevância como movimento social intermediador, político e representativo na luta pelos direitos dos atingidos; e 3) análise dos relatórios das diligências conduzidos pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias dos estados de Espírito Santo e Minas Gerais; de depoimentos do Ministério Público de Minas Gerais, de ativistas do MAB e da população atingida; do relatório da Samarco sobre o ocorrido; e do relatório final da Comissão Especial de Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

### **Resultados**

Os resultados encontrados foram que a atuação do MAB nos desdobramentos políticos do rompimento de Fundão consistiu numa forma de representação política via intermediação, além de ter sido um mecanismo que democratizou as negociações do TTAC frente à RENOVA ao polarizar, informar, mobilizar, dar voz e organizar as populações atingidas por barragens. Em suma, o MAB cumpriu um papel de mediador entre o Estado e a sociedade civil, reduzindo as assimetrias e desigualdades de acesso ao Estado e aos acordos pós-rompimento da barragem.